

CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO:

POSSIBILIDADES DE ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA
DE PIERRE BOURDIEU

INÊS GOUVEIA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Doutora em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO-MAST, mestra em Memória Social pela
mesma instituição, historiadora pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora
no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-
Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras (IEB-USP) e no Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Museologia (Museu de Arqueologia e Etnologia-USP). Coordena o grupo
de pesquisa Patrimônios Culturais, Museus e Direitos Humanos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4783-9033>

E-mail: inesgouveia@usp.br

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v19i38p10-35>

RECEBIDO

14/10/2023

APROVADO

05/06/2024

CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU

INÊS GOUVEIA

RESUMO

O objetivo do texto é debater possibilidades de aplicação da teoria de Pierre Bourdieu para a análise da área da museologia no Brasil. Para isso, situa-se a produção do autor, especialmente aquela relativa aos museus e seus capitais simbólicos. A noção de campo é apresentada enquanto recurso teórico-metodológico, para observar as relações entre quem produz, reproduz e negocia uma visão sobre o que é museu e para que serve. Considerando que agentes (indivíduos e instituições) se aglutinam em posições, propõe-se uma representação do campo museológico brasileiro contemporâneo. A noção de *habitus* também auxilia a compreensão de como se forma o capital simbólico e qual a sua relevância na dinâmica das relações em torno dos museus. Utilizando dados da trajetória de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (museóloga atuante entre os anos 1970-1990), observa-se a construção da condição de autoridade, de acordo com as disposições herdadas e cultivadas pelos sujeitos. Problematiza-se a relação entre os corpos que ocupam espaço no campo, suas posições e o capital simbólico que negociam. Conclui-se que a teoria bourdieusiana aporta contribuições para se analisar os museus e a museologia brasileira, desde que não sejam negligenciadas nem as críticas feitas ao autor nem as particularidades do contexto latino-americano.

PALAVRAS-CHAVE

Museus. Museologia. Simbologia.

BRAZILIAN MUSEUM FIELD: POSSIBILITIES OF ANALYSIS BASED ON PIERRE BOURDIEU'S THEORY

INÊS GOUVEIA

ABSTRACT

The aim of this text is to discuss the possibilities of applying Pierre Bourdieu's theory for analyzing the Museology area in Brazil. In order to do this, first his production is examined, especially the ones related to museums and their symbolic capital. The notion of field is presented as a theoretical-methodological resource to observe the relations between those who produce, reproduce and negotiate a vision of what a museum is and what it is for. Considering that agents (individuals and institutions) gather in positions, we propose one representation about the Brazilian museum field. The habitus concept also helps us to understand how symbolic capitals are formed and what their relevance is in the relational dynamics around museums. With the help of trajectory information of Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (active Brazilian museologist between the years 1970-1990), we observe the construction of the authority condition, according to the dispositions inherited and cultivated by the subjects. The relations between the bodies that occupy space in the field, their positions and the symbolic capital they negotiated are problematized. The conclusion is that Bourdieu's theory contributes to the understanding of Brazilian museums and museology, as long as the criticism of the author and the particularities of the Latin American context are not neglected.

KEYWORDS

Museums. Museology. Simbology.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o campo museológico, enquanto construção teórica e metodológica, tomando em conta a noção de campo, de Pierre Bourdieu. Para isso, apresento aspectos gerais da sociologia bourdieusiana e considerações a respeito do campo museológico brasileiro, fundamentadas em minha pesquisa de doutorado, que tomou em conta a atuação da museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri e suas relações profissionais (GOUVEIA, 2018)¹. Em razão disso, alguns dos exemplos e argumentos se referem a esse contexto (Brasil, anos 1970-1990), completados por questões e hipóteses sobre o cenário contemporâneo. Como resultado, estima-se que possa haver contribuição para pesquisas que se dedicam a analisar as relações em torno dos museus e da museologia, principalmente no Brasil, nos séculos XX e XXI.

O que é o campo museológico? Conforme explicaremos a seguir, trata-se da relação dinâmica entre agentes em torno dos museus e da museologia. Como a noção de campo está orientada pela perspectiva sociológica

¹ Waldisa Rússio Camargo Guarnieri nasceu em São Paulo, em 1935. Graduou-se em Direito e ingressou na administração estadual nos anos 1950, atuando em diferentes cargos da gestão das políticas públicas. Nos anos 1970 em diante passou a atuar mais diretamente na área da cultura e dos museus, reconhecida nacional e internacionalmente como autoridade na área museológica a partir de 1980.

de Bourdieu, apresento seus aspectos gerais e suas contribuições para os estudos no âmbito da cultura e dos museus. Uma introdução análoga a outras já publicadas, considerando que a teoria do sociólogo francês vem sendo utilizada para se refletir sobre diferentes contextos. Introdutoriamente, vale frisar também que não percebemos o campo museológico como algo em si e o objetivo não é defender sua existência concreta ou a de suas regras, mas debater como essa noção perpassa os museus e a museologia e pode ser empregada em pesquisas nessa área.

Diante da crítica pós-colonial e decolonial, da perspectiva interseccional e da contribuição das chamadas “epistemologias do sul” (Santos; Menezes, 2010), poderíamos indagar: ainda faz sentido tomar como referência um autor cujo pensamento e produção se centra na França (e corporifica uma identidade masculina, branca e heterossexual)? Consideramos que sim. Ao mesmo tempo defendemos que essa indagação seja colocada, para não cometermos o equívoco de transformar análises, sempre circunstanciadas pelo contexto em que foram elaboradas, em dogmas a serem reproduzidos. Como se sabe, o autor é muito citado na literatura da área da cultura e sua noção de capitais simbólicos foi bastante difundida na América Latina. Também, em acordo com seus intentos, a sociologia bourdieusiana contribui para desnaturalizar lógicas e regras e explicitar fluxos de poder nem sempre evidentes. Auxilia ainda na observação dos dissensos (entre os sujeitos e as posições que ocupam no campo) e favorece uma compreensão geral sobre a relação entre teoria e metodologia. Diante desses e de outros argumentos, recomenda-se a aproximação com o pensamento do autor. E, se o objeto da pesquisa se situa na área da cultura no Brasil, é prudente que se tome em conta referências, dados e estratégias de análise que considerem o contexto latino-americano.

A seguir apresentamos brevemente Pierre Bourdieu, sua contribuição para os estudos da cultura e dos museus e a noção de capitais simbólicos. Na sequência, explicitamos a compreensão a respeito do campo museológico e a noção de *habitus*, posição e autonomia. Por fim, indicando possibilidades e hipóteses para refletir sobre o campo museológico brasileiro, retomamos a necessidade de problematizar quem são os sujeitos no campo, conforme as suas disposições e determinações sociais.

2 PIERRE BOURDIEU, MUSEUS E CAPITAIS SIMBÓLICOS

Conforme Myrian Sepulveda dos Santos (2014), os pensadores considerados clássicos da sociologia (notadamente Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim) não dedicaram atenção especial ao papel que os museus desempenhavam na sociedade. Essa aproximação aconteceu na segunda metade do século XX, quando as ciências humanas e sociais passaram a ser mais interdisciplinares e influenciadas pelos estudos culturais (Burke, 2021). A contribuição de Pierre Bourdieu merece destaque nesse contexto, pois nos anos 1960 o autor buscou explicitar como os museus na Europa serviam à reprodução das referências culturais e, por sua vez, da reprodução das lógicas de dominação instituídas.

Pierre Bourdieu nasceu em 1930, em Denguin, na França. Entre 1955 e 1961 viveu na Argélia, cumprindo serviço militar e, depois, trabalhou como professor na Universidade de Argel (Peters, 2017). Ao voltar para a França, iniciou a carreira na sociologia e estabeleceu fundamentos e noções que aprofundou nas décadas seguintes. Segundo Bourdieu, quando começou seus estudos ouvia muito que a sociedade vivia uma intensa “mutação”, mas ele tinha a convicção de que a estabilidade e a inércia eram muito mais fortes do que os ímpetos de mudança e isso o motivou a querer explicar, inclusive estatisticamente, o que coopera para as permanências².

Bourdieu construiu a noção de poder e capital simbólico para analisar e representar fluxos que não podem ser explicados apenas pelas lógicas do capital econômico. Em linhas gerais, o capital simbólico e, dentre esses, o capital cultural, é aquilo que o sujeito dispõe e negocia, a partir das disposições que incorpora, como resultado de sua herança e de um investimento pessoal cultivado. É parte daquilo que possibilita sua associação a uma classe e a assimilação de seus valores de distinção. São capitais incorporados, que preexistem ao sujeito enquanto disposições duráveis. Na perspectiva do autor, apresentam-se no estado objetivado, sob a forma de bens culturais (quadros, livros, dicionários) e também no estado institucionalizado, por exemplo, a partir da certificação que a escola confere aos sujeitos (Bourdieu, 1998).

² *Pierre Bourdieu – A sociologia é um esporte de combate*. Direção: Pierre Carles. Produção: Véronique Frégosi; Annie Gonzalez. França, 2002. Disponível em: <https://youtu.be/TlbAdzhwQms>. Acesso em: 5 out. 2023.

A partir dos anos 1960, Pierre Bourdieu passou a problematizar a ideia de reprodução social. No livro *A reprodução*, originalmente publicado em 1970, ele e Jean-Claude Passeron analisaram como o sistema de ensino francês participava da manutenção da ordem social instituída, legitimando e transmitindo, irregularmente, os valores da cultura dominante (Bourdieu; Passeron, 2014). A hipótese dos autores era a de que tal sistema exercia o monopólio da violência simbólica legítima, ao mesmo tempo em que esse poder era dissimulado pelos conteúdos, modos de certificação, rituais etc. A perspectiva de Bourdieu, explicitada também em outras obras, é a de que o ensino funciona como um sistema irregular, que dissimula que a assimilação das disposições culturais exige uma familiaridade prévia com os valores cultivados. Estabelecendo a relação entre o ensino e o capital cultural herdado, o autor afirma:

Eximindo-se de oferecer a todos explicitamente o que exige de todos implicitamente, quer exigir de todos uniformemente que tenham o que não foi dado, a saber, sobretudo a competência linguística e cultural e a relação de intimidade com a cultura e a linguagem, instrumento que somente a educação familiar pode produzir quando transmite a cultura dominante (Bourdieu, 2013, p. 306).

Na perspectiva do sociólogo, portanto, os capitais culturais transmitidos pela escola (e pelos museus) estão disponíveis para quem já dispõe dos códigos culturais dominantes.

Bourdieu parte de constatações (como a ideia de cultura como distinção social) para pensar em como essas lógicas se reproduzem, naturalizando-se. O livro *A reprodução* foi publicado no Brasil em 1975, em um contexto de acúmulo de décadas de debate pelo acesso à educação e, especialmente nesse momento, sob a influência da pedagogia de Paulo Freire. Bourdieu foi criticado, acusado de ser reprodutivista. A esse respeito, anos depois comentou que partia de constatações e que ao dizer como as coisas eram, não estava dizendo que elas deveriam ser ou que não poderiam ser alteradas (Loyola, 2000). De todo modo, ao associar a reprodução ao sistema de ensino, Bourdieu e Passeron contrariaram a visão de que a educação formal é algo positivo em si. Bourdieu contrariou também a associação positiva com os museus, que, em sua perspectiva, eram instituições que corroboravam essa ação conservadora do sistema de ensino.

Antes de *A reprodução*, mas em torno dos mesmos temas, Bourdieu publicou juntamente com Alain Darbel o livro *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*, em 1966³. Trata-se do resultado de pesquisa sobre os hábitos de visitação em museus de arte na França, Holanda, Grécia, Espanha, Itália e Polônia. Um trabalho de cerca de três anos, que envolveu financiamento público, equipe multidisciplinar e o acesso a dados de pesquisas que museus compartilharam. Conforme a hipótese testada e comprovada, o suposto “amor pela arte” resulta, na verdade, da disposição cultivada e incorporada de determinados valores e posições, a respeito do que deve ser tomado como referência de um (bom) gosto artístico e cultural. Um amor que, diferentemente de uma sensibilidade estética individual espontânea, resulta de uma disposição herdada e cultivada, expressa, por exemplo: pela escolaridade dos pais e a herança cultural recebida desses, pela escolaridade do indivíduo que visita o museu, sua classe social, pelo local em que habita etc. Nas palavras dos autores:

O museu fornece a todos, como se trata de uma herança pública, os monumentos de um esplendor passado, instrumentos da glorificação suntuária dos grandes de outrora: liberalidade factícia, já que a entrada franca é também entrada facultativa, reservada àquele que dotados da faculdade de se apropriarem das obras, têm o privilégio de usar dessa liberdade e que, por conseguinte, se encontram legitimados em seu privilégio, ou seja, na propriedade dos meios de se apropriarem dos bens culturais ou, para falar como Max Weber, no monopólio da manipulação dos bens de cultura e dos signos institucionais da salvação cultural (Bourdieu; Darberl, 2007, p.169).

Tomando Bourdieu como referência, Nestor Garcia Canclini (1999) afirmou algo semelhante. Segundo esse autor, o patrimônio cultural se institui enquanto herança comum e as atividades que competem para sua definição, conservação material e comunicação quase sempre dissimulam

3 Com o título original *L'amour de l'art – Les musées d'art européens et leur public*, a obra foi publicada na França em 1966, revista e ampliada em 1969. A edição brasileira foi publicada apenas em 2003, mas muito antes disso já repercutia na museologia daqui. Registra-se, por exemplo, que Waldisa Rússio referia à obra, cuja leitura também se explicita pela existência de um exemplar em sua biblioteca, hoje sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). Cf. GUARNIERI, Waldisa Rússio C. Museu, Museologia, museólogos e formação (1989). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do ICOM, 2010. v. 1,

que a sociedade é dividida em classes e grupos. Os bens da cultura, como refere Bourdieu, são valorizados como universais, mas, na prática, apenas podem ser usufruídos por quem já detém seus códigos.

As análises de *O amor pela arte* podem ser relevantes para a museologia por três motivos, pelo menos. Primeiro, porque estão no âmbito da política cultural francesa, referência para a América Latina, e particularmente para o Brasil (Urfalino, 2015; Botelho, 2001). Segundo, trata-se de uma pesquisa relevante no contexto dos estudos de público em museus (Mortara, 1995). A investigação multidisciplinar assinada por Bourdieu e Darbel contribuiu também para que os sujeitos que frequentavam os museus (e também os que não frequentavam) fossem vistos como parte importante dessas instituições, frente à centralidade anterior destinada à dimensão material do acervo. Não que o livro tenha sido o principal responsável por chamar a atenção para a importância do público. Mas ele colaborou para essa percepção e, assim, para problematizar o sentido de musealizar e patrimonializar. Nessa direção está o terceiro aspecto: a confluência da crítica presente em *O amor pela arte* e as inflexões que o campo museológico experimentou nos anos 1970. Sobre isso, poderíamos observar a relação da reflexão dos autores a respeito do papel conservador dos museus com a formulação da noção de ecomuseus na França em 1971 (Varine, 2010) e de museu integral, no Chile, em 1972 (Nascimento Junior *et al.*, 2012).

3 UM CAMPO MUSEOLÓGICO

Há diferentes formas de se estudar o campo museológico, utilizando noções teóricas, metodológicas e disciplinares variadas, e também a partir de uma perspectiva contemporânea ou histórica. Um enfoque ampliado, que busque identificar as ações que repercutem nacional ou internacionalmente, dificilmente conseguirá observar os movimentos locais ou regionais com a mesma centralidade. Esses recortes, por sua vez, dependem dos interesses da pesquisa, das questões que são propostas e da escala necessária para buscar respondê-las ou elaborar hipóteses. Consultando a bibliografia da área, é possível observar que a sociologia bourdieusiana é bastante referida, ainda que com diferentes graus de comprometimento com suas perspectivas teórico-metodológicas. A forma de empregar a noção de campo também varia muito entre um uso adjetivado e um uso operacional. Ou seja, algumas

vezes a palavra campo serve como um qualificativo, para designar e afirmar positivamente a existência e a consolidação de uma área. Outras vezes, campo é empregado como um recurso teórico-metodológico para se analisar a área na sua dinâmica interna, tal como se propõe aqui.

No campo, os agentes se aglutinam em torno das posições, por exemplo: a posição de formação, crítica, divulgação, certificação, regulação... As posições e seus poderes variam, conforme se trate de um campo cultural, jurídico ou religioso. Neste último, em uma escala macro, uma posição poderia ser o conselho de cardeais ou, em uma escala micro, a instituição análoga destinada aos bispos. Os seminários corresponderiam à formação e à certificação, conferidas por autoridades desse mesmo campo e não pelo Estado, o que poderia indicar o grau de autonomia do campo religioso. A posição exprime a situação, a condição de fala, a noção de autoridade construída e instituída (Bourdieu, 2013). Um campo é o resultado dinâmico da relação entre diferentes agentes, aglutinados em posições, em torno de um contexto específico, com regras internas próprias, um léxico próprio e em permanente tensão entre transformação e reprodução.

Nessa lógica, o campo museológico pode ser observado pela dinâmica da relação entre as suas posições. Destacamos algumas que parecem mais evidentes em uma escala nacional, nomeando-as apenas para efeito desta análise: instituições museais (que ocupam diferentes espaços, em razão das suas tipologias, contextos de gestão, interesse público e privado etc.); instâncias de formação (os cursos livres, técnico, de graduação e pós-graduação); órgãos públicos que elaboram e executam as políticas museológicas (a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos estaduais e municipais do patrimônio, o Instituto Brasileiro de Museus, Sistemas Estaduais de Museus, Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e secretarias de cultura). Há também a posição de regulação profissional (associações profissionais; Conselho Federal de Museologia e conselhos regionais) e outra, das relações internacionais. Nesta, o agente historicamente predominante é o Conselho Internacional de Museus (Icom), incluindo os agentes em torno do Comitê Brasileiro e comitês temáticos, sobretudo os que possivelmente exercem mais influência no cenário nacional, como o Comitê para Educação e Ação Cultural (Ceca-Icom) e o Comitê Internacional para Museologia (Icofom-Icom). São

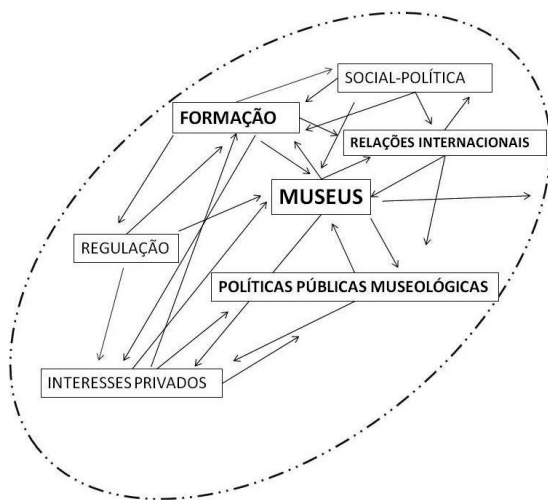
posições que têm se instituído e se relacionado no campo, principalmente desde a segunda metade do século passado.

Além dessas, duas novas posições têm participado do campo nas últimas décadas. A primeira concentra o interesse financeiro privado em torno de instituições que agem na cultura (fazendo uso de orçamento público e/ou privado), representando grandes corporações, como bancos e mineradoras. A participação de empresas na área da cultura e dos museus, combinando seus capitais privados com recursos públicos, não é recente, mas se ampliou consideravelmente nas últimas três décadas, sobretudo nas maiores capitais do país. Ainda em torno dessa posição, vale considerar que cada vez mais os estados aderem a um modelo de gestão de políticas públicas que é intermediada pelas organizações sociais, as OS. A esse respeito, caberia investigar como essas negociam capitais com os demais agentes e com as posições anteriormente instituídas e a favor de quais lógicas e disputas. A segunda nova posição, que chamamos provisoriamente de social-política, aglutina museus comunitários, os chamados pontos de memória, ecomuseus e outras iniciativas, associadas principalmente a movimentos e lutas sociais e suas redes. A Figura 1 visa representar algumas das principais posições que agem atualmente no campo museológico brasileiro, sempre de modo relacional e dinâmico, conforme as setas indicam. O tracejado serve para demonstrar que o campo não tem fronteiras fixas, já que seus limites também estão em disputa.

Uma das condições que os grupos dominantes utilizam na manutenção

FIGURA 1

Representação de posições no campo museológico nos anos 2020. Fonte: elaborado pela autora.



de sua posição é o poder de dizer aquilo que está dentro ou fora do campo. Desse modo, a negação a respeito de uma posição pode ser evidência da disputa em torno dos sentidos instituídos. Um exemplo a esse respeito: nos últimos 20 anos houve a contestação à museologia social, sob o argumento de que toda museologia é social, pois existe em sociedade. Ao dizer que a museologia social não existia e ao negar seu espaço no campo museológico, a museologia tradicional rejeitava a legitimidade da crítica que recebia. Em certa medida, o que se vê neste movimento dinâmico é a contraposição de dois paradigmas, mobilizando seus capitais simbólicos. A museologia social criticou a dimensão conservadora do paradigma tradicional. A museologia tradicional negou a existência da museologia social, já que, enquanto posição dominante, detinha melhores condições de exercer este poder de dizer o que está dentro ou fora do campo. A respeito da museologia social brasileira, já explicitamos como essa adjetivação corresponde a uma parte expressiva e crescente na área (Chagas; Gouveia, 2014). Seus agentes e pautas participam cada vez mais dos espaços antes destinados aos temas mais técnico-acadêmicos e, desde o início dos anos 2000, cada vez mais permeados pelo debate sobre as políticas de direito à memória.

A emergência da museologia social brasileira (Gouveia; Pereira, 2016) é parte do processo que aglutina agentes em torno desta posição que chamamos (circunstancialmente) de social-política. Esta perspectiva se constituiu historicamente, influenciada pelo contexto internacional (inclusive o de *O amor pela arte*), aglutinando agentes mais afinados com uma noção crítica e política e cuja nomenclatura varia, conforme a nuance e o país. Vale notar que esses processos refletem tensões sociais de seus contextos, marcados, por exemplo, pelas lutas anticoloniais, pela resistência às ditaduras na América Latina e pela organização da sociedade civil na luta por direitos. A ênfase no conteúdo político, crítico e social é uma das respostas desse campo museológico às transformações da sociedade. É, por isso, análogo ao que se passou em outras áreas do conhecimento científico, quando também estiveram permeáveis às mesmas agitações sociais e políticas.

Recorrendo figurativamente ao campo, podemos considerar que o tracejado que representa o seu limite está ainda mais espaçado nos anos 2000, se o compararmos com os anos 1970-1990. O mercado dos bens simbólicos museológicos parece (ao menos discursivamente) mais permeável

às pressões e agendas políticas da sociedade civil organizada. Sobre isso, podemos observar como os debates contemporâneos sobre restituição de acervos e as contestações e disputas em torno dos monumentos estimulam agentes autorizados a se pronunciarem publicamente e, por conseguinte, a assumirem ou recusarem princípios técnicos em favor de outros, éticos e políticos (Jenkins, 2008).

Essa afetação por questões que são extrínsecas às dos próprios campos foi analisada por Bourdieu enquanto indicativo de uma maior ou menor autonomia. Na perspectiva do sociólogo, um campo é relativamente mais ou menos capaz de refratar (conforme a ideia de refração de luz, da Física) a influência vinda de outros campos e de outros contextos da sociedade. Em linhas gerais, quanto mais suscetível à influência de contextos externos, menos autônomo. Conforme citado a respeito do campo religioso anteriormente, esse processo de autonomização possibilita que os agentes estabeleçam uma dinâmica própria que atende mais aos seus próprios interesses do que à função que discursivamente adotam. Assim, as pesquisas mais valorizadas no campo científico não têm necessariamente relação com a demanda social vinculada àquela área do conhecimento, mas, muitas vezes, com a valorização e o reconhecimento dos pares sobre determinados temas. E isso ocorre mesmo que o impacto social dessa produção no presente seja difuso, pequeno ou até inexistente. Referindo-se ao campo científico, Bourdieu afirma:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Bourdieu, 2003, p. 122-123).

O campo museológico pode ser tomado como cultural, mas também é válido notar seus capitais enquanto campo científico. Por esse ângulo, as disputas estão em torno daquilo que a museologia disciplinar elege teorizar, conceituar e analisar.

Quem são e como se formam as autoridades? O sentido de autoridade varia conforme o campo, mas, de um modo geral, trata-se do agente que

é autorizado a falar de dentro para fora e, principalmente de dentro para dentro. No campo museológico brasileiro poderíamos observar quem são as pessoas mais publicadas, citadas, condecoradas e que ocupam posições de poder. Comparando suas trajetórias, poderíamos analisar como algumas de suas condições e disposições foram convertidas em capitais simbólicos. Também poderíamos observar como historicamente na relação entre a formação e a certificação buscou-se definir quem é o agente museólogo autorizado. Longe de exprimir um consenso, desde os anos 1960 o reconhecimento dessa competência (como uma aptidão certificada) foi motivo de desacordo entre agentes. Conforme a regulamentação em 1984, o exercício da profissão de museólogo(a) passou a ser privativo daqueles que cursam graduação, mestrado ou doutorado em museologia⁴. Na lógica interna do campo, no entanto, essas certificações implicam níveis diferentes de aceitação e atribuição de valor. Isso se observa, por exemplo, quando determinadas atribuições se destinam exclusivamente a profissionais que cursaram graduação⁵. Também podemos observar essa disputa quando conselhos de museologia interpõem atos formais, enquanto instâncias de regulação, visando (re)estabelecer regras e, por meio delas, o poder de sua posição. Poderíamos também observar os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação e compreender as nuances (mais técnicas, teóricas, mercadológicas e/ou mais sociais e políticas) e como se relacionam à certificação e expectativa de carreira. Enfim, são muitas possibilidades de, ao circunscrever um campo, observar quem são as autoridades, como se instituem e quais são os capitais simbólicos que estão negociando.

4 HABITUS E CAMPO MUSEOLÓGICO

Conforme mencionado antes, outro aspecto importante da teoria de Bourdieu e que pode ser mobilizado para se analisar o campo museológico é a noção de *habitus*. Segundo o autor, diz respeito aos esquemas interiorizados que engendram pensamentos, percepções e ações, uma estrutura

4 BRASIL. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 19033, 19 dez. 1984.

5 Cf. COELHO, Priscilla Arigoni. *Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)*. 2015. 261p. Tese (Doutorado em Memória Social — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

estruturada e estruturante (Bourdieu, 2013, p. 191). O *habitus* também é a conformação de uma visão de si e do mundo, de modo a naturalizar as estruturas, suas referências e relações de poder. Nas palavras do sociólogo:

[...] a noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, *etc.* são o produto da incorporação das estruturas sociais (Bourdieu; Charter, 2012, p. 58).

Habitus nos auxilia a pensar o campo por alguns motivos. Primeiro, porque os museus são instituições que participam da conformação do *habitus* na sociedade, conforme o argumento de *O amor pela arte*. Segundo, algumas dessas disposições herdadas e incorporadas se revertem em capitais valorizados no mercado dos bens simbólicos museológicos.

Bourdieu observou que a noção de *habitus* pode pôr em evidência não apenas aquilo que é provável em termos de destino social, mas também a possibilidade que os sujeitos têm de escapar deste (Bourdieu, 2012). Assim, o sociólogo admite haver algum espaço para a potência das decisões individuais, mas o horizonte das escolhas está praticamente condicionado pelo que está inscrito no destino social. Parafraseando Bourdieu, pode-se dizer que os sujeitos têm possibilidades relativas de alcançar determinadas condições/posições em sua trajetória de vida, como alguém que pode optar por desembarcar em tal estação de metrô, cujas linhas estão previamente definidas (Bourdieu, 2006). Ou, como em *O Amor pela Arte*: a possibilidade percentual “X” de visitar “X” museus ao longo da vida, considerando o capital cultural herdado e cultivado.

Além de contribuir para pensarmos os museus na sociedade, o *habitus* influi na constituição das posições em um campo. Ainda que haja confluência entre o capital simbólico e o capital econômico, o interior de um campo não é exatamente regido pela lógica econômica geral. O valor cultural, capital próprio desse campo, não se forma necessariamente a partir do preço, custo, do pagamento atribuído ou quantia monetária que circula e emprega. Nos campos culturais e intelectuais, o lucro econômico não é necessariamente o capital que mais se busca e pode ser até denegado

(Bourdieu, 2013). Isso não significa que o capital econômico seja um fator desimportante para impulsionar posições em campo, mas, com seu valor denegado, sua relevância é dissimulada. A valorização, identificação e retenção dos códigos culturais adquire a aparência de disposição natural.

O campo museológico da segunda metade do século XX valorizava sobremaneira o suposto “amor pela arte”, ou seja, um repertório cultural canônico e eurocentrado, a matriz ocidental dos museus e da museologia. Nesse contexto, quando no Brasil havia menos instituições museológicas e os poderes simbólicos pareciam mais concentrados, a interlocução com agentes internacionais, sobretudo a partir do Icom, era um capital simbólico de grande valor (Gouveia, 2018). Assim, ao observar a trajetória profissional de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, fica evidente como ela alcançou uma condição de autoridade no campo nacional na medida em que projetou suas relações internacionalmente. Internamente, tal condição foi questionada por outros agentes que disputavam esse mesmo espaço, mas o crivo dos “pares” europeus era um capital bastante alto nesse mercado dos bens simbólicos museológicos.

Ao longo dos anos 1980, Waldisa Rússio foi convidada para integrar o grupo de elaboração do *Dictionarium museologicum*. Tratava-se de uma iniciativa de profissionais associados ao Icom (e ao seu Comitê Internacional para Documentação, o Cidoc, e o Comitê Nacional Húngaro) para a compatibilização de termos do repertório da museologia, em vários idiomas⁶. Em razão desse trabalho, participou de atividades consecutivas na Europa entre 1983 e 1986. Foi nesse contexto, por exemplo, que em 1984 conheceu uma referência para a área, o ecomuseu Le Creusot-Montceau-Les Mines, na França, estabelecendo relações com as pessoas que o haviam criado. Em 1985, o Comitê Brasileiro do Icom reivindicou para si a responsabilidade de revisar o trabalho que Rússio havia feito, ao que a museóloga em correspondência com o Cidoc, reclamou ferir a ética das relações profissionais

6 A biblioteca pessoal de Waldisa Rússio, sob a guarda do IEB-USP, tem os exemplares de 1981, 1983 e 1986. Na edição de 1983 constam anotações que Waldisa Rússio fez enquanto trabalhava como “membro do comitê consultivo internacional de redação” para a edição de 1986. Cf. ICOM INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC). *Dictionarium museologicum*. Budapest: National Centre of Museums, 1986.

da área⁷. Por seu objetivo, a tentativa do Comitê Brasileiro de controlar a compatibilização de termos pode ser analisada como um movimento de disputa em torno da autoridade e do poder de ordenar o léxico do campo. Ao longo dessa década, Rússio também participou de atividades em outros países da América Latina e da América do Norte, mas na economia das trocas simbólicas internas, esse capital aparentemente não era tão valorizado.

Por hipótese, poderíamos indagar como isso se dá hoje no campo, investigando quais são as posições internacionais que mobilizam e concentram capitais. Isso possibilitaria, por exemplo, observar a relação entre o discurso anticolonial e decolonial que reverbera no campo neste momento e a dinâmica da relação entre os agentes internacionalmente. Há disputas em torno dessa interlocução? Quais são os polos de produção e de reprodução da elaboração teórica? Especificamente, como os processos nacionais são comunicados fora do país? Como a interlocução internacional se reverte nas publicações nacionais e como essa produção figura nos cursos de graduação e pós-graduação? Há conflitos? Quais são os agentes que protagonizam as disputas e quais são os capitais mobilizados nessas dinâmicas? Como isso influencia os conceitos e as definições?

À luz da trajetória de Waldisa Rússio vale ainda voltar ao ponto da naturalização das disposições herdadas e cultivadas. Ao que tudo indica, inserir-se nesse contexto não era algo que estava de acordo com o seu destino social, já que não se tratava de uma pessoa abastada por origem (e que tampouco alcançou tal condição, mesmo com jornadas intensas de trabalho). Documentos que registram a sua atuação, bem como os depoimentos, trazem evidências a esse respeito. Por exemplo, observa-se o quanto ela empreendia esforços para conseguir apoio financeiro para suas viagens, já que não estava assegurado que as instituições que ela representava arcaria com as despesas e não parecia que ela mesma tinha condições de

⁷ Fontes: Correspondência de István Eri para Teresa Gomes Ferreira. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06. Fonte: Correspondência da ASSPAM para o Comitê Consultivo do ICOM. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coleção Curso de Museologia. Caixa 02-06.

fazê-lo (Gouveia; Faulhaber, 2022)⁸. Em termos bourdieusianos, podemos observar que o mercado de bens simbólicos valoriza muito a carreira internacional, mas, ao mesmo tempo, distribui de modo bastante irregular as condições objetivas que a viabilizam e significam. Como dito antes, o reconhecimento em forma de mérito, associado às disposições cultivadas, no entanto, mascara o desigual acesso às condições objetivas de produção e reprodução destes capitais. A trajetória de Rússio pode ser tomada como a exceção que confirma a regra, pois mesmo não dispondo inicialmente dos capitais, algumas de suas condições (possibilidades dadas pelo contexto e certamente por algumas escolhas), viabilizaram sua inserção como agente proeminente no campo museológico.

Em meados dos anos 1980, Rússio havia alcançado algum espaço de poder, atuando em diferentes lugares (formação, política cultural, associação profissional), além de possuir certificação acadêmica que a destacava de seus pares (BRUNO, 2010). Outro capital que ela mobilizou foi a produção teórica, cujo mercado simbólico estava em alta, com o recém-criado Comitê Internacional para Museologia do Icom. Segundo Tereza Scheiner (retomando Zbyněk Zbylav Stránský), as décadas de 1970 e 1980 marcaram a passagem de um estágio empírico-descritivo para o teórico-sintético, um momento de constituição do “*corpus* teórico do campo” (Scheiner, 2015, p. 25).

A elaboração teórica também pode ser observada como parte do processo de autonomização dos campos. Estruturar um conhecimento pode significar acessar o poder de indicar aquilo que está supostamente dentro ou fora da área. Quando se afirma o que é a museologia e com o que ela deve se ocupar, define-se o seu “*corpus*” de atuação. Na perspectiva bourdieusiana, além das suas qualidades propriamente científicas, a teoria também se formula a partir das disputas internas do campo. Ela dissimula a sua relação com a prática, como se as formulações conceituais fossem algo mais importante do que a contingência da experiência real, vivida

⁸ Há diversos documentos a esse respeito no fundo pessoal de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, sob a guarda do IEB-USP, a exemplo do memorando remetido à Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo, pedindo complementação de recursos para a viagem, informando que seu pedido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) havia sido negado. Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Waldisa Rússio, código de referência: FWR WR-RS-MI-027.

contextualmente do campo. A respeito do valor atribuído à teoria, Bourdieu afirma:

[...] na maioria das disciplinas científicas, os progressos na consagração fazem se acompanhar pelo abandono dos trabalhos empíricos em favor das sínteses teóricas, muito mais prestigiosas. Pode-se verificar que até matemáticos, físicos e biólogos consagrados acabam por compor alguma obra de ambição filosófica como fecho de uma carreira especializada como se quisessem reverter no âmbito do mercado mais amplo e de uma perspectiva mais prestigiosa, da grande vida intelectual, o capital de prestígio de que dispõem no universo de especialistas (Bourdieu, 2013, p. 165-166.)

Conforme o autor, a supervalorização da teoria confere aos agentes que a formulam (que são sempre em número reduzido com relação aos praticantes) uma condição de prestígio, como se o seu conhecimento se sobrepusesse aos demais.

Nos anos 1980, Waldisa Rússio repetia a sua noção de fato museal (ou fato museológico) nos seus textos e apresentações orais. A ressonância foi inicialmente tímida, mas validada por uma publicação com circulação internacional⁹ e também pelas posições que Rússio ocupou, que lhe possibilitavam, em alguma medida, ser ouvida. Conforme a compreensão de campo indica, a aderência a uma formulação teórica tem relação não apenas com a sua capacidade explicativa ou metodológica, mas com a possibilidade que a/o agente que a formula tem de divulgá-la, de fazê-la ouvida, lida e repercutida. Hoje Waldisa Rússio é uma autora fundamental na museologia brasileira, consagrada por sua produção e pela reprodução de seu pensamento. Além das autorreferências em seus textos, passou também a ser referida por quem se formou diretamente por sua atuação e, com o passar das décadas, por quem essas pessoas seguiram formando, direta ou indiretamente. O cenário recente dos anos 2000 (com a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de museologia, patrimônio cultural, memória social e áreas interdisciplinares afins) ampliou essa

⁹ *MuWoP – Museological Working Papers*, n.2, p.58-59 (versão original em francês e inglês), 1981. Publicação do Icofom/Icom – Comitê de Teoria Museológica do Conselho Internacional de Museus. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/icyZlfM8_MqL6mgc1qjKT-lAxoLDP5WkO. Acesso em: 5 jun. 2023. Texto traduzido em: RÚSSIO, Waldisa. A interdisciplinaridade em museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). op. cit. p. 123.

capilaridade. A esse respeito, uma hipótese que poderia ser investigada é o quanto a repercussão de sua produção se deve à sua noção de fato museal/museológico, considerando que ela escreveu sobre outros temas, inclusive com tons mais críticos e políticos, que aparentemente repercutiram menos do que seu ensejo teórico.

5 CAMPO, POSIÇÃO E CORPO

As trajetórias individuais também se realizam a partir de eventos imprevisíveis e aspectos difusos. É difícil avaliar como os agentes são afetados por características subjetivas como carisma, eloquência e extroversão, por exemplo. No entanto, as exceções que marcam as trajetórias não inviabilizam a possibilidade metodológica de compreendê-las desde um destino social. Metodologicamente, isso pode se dar a partir da chamada prosopografia ou biografia coletiva¹⁰. Em linhas gerais, consiste na comparação entre trajetórias que têm elementos em comum. De acordo com o recorte e as questões propostas para pesquisa, seria possível, por exemplo, observar dados das trajetórias de homens que ocuparam determinadas posições de poder no campo político, em determinado período, para observar as recorrências e as exceções em suas biografias. De outro modo, também seria possível, por exemplo, reunir trajetórias de sujeitos de uma mesma geração e classe social, para observar, por exemplo, a quantidade de anos dedicados ao estudo, a “escolha” da profissão, dedicação ao casamento ou outras expressões das relações familiares. Enfim, combinando uma metodologia quantitativa e qualitativa, de acordo com as questões de pesquisa, as possibilidades de cruzamento de dados são variadas. A dificuldade consiste, no entanto, em localizar, em volume significativo, dados de trajetórias comparáveis, sobretudo quando o foco da pesquisa não é o destino social de homens brancos das classes mais abastadas.

Quando conceituou o *habitus*, Bourdieu pensou a respeito de uma disposição incorporada, ou seja, que se realiza no corpo. Na sua acepção,

¹⁰ Cf. CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53. FERRARI, Marcela. Prosopografia e história política - algumas aproximações. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 3, n. 5, p. 529-550, jan.-jun. de 2010. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 14 abr. 2016.

essa incorporação tende a se naturalizar na percepção e na experiência dos sujeitos, facilitando a relação de dominação. No entanto, a esse respeito, Grada Kilomba (2019), dialogando com Felly Nkweto Simmonds, apresenta uma crítica ao sociólogo francês, chamando atenção para o fato de que essa naturalização não ocorre na experiência de pessoas racializadas. A autora explica que as mulheres negras que atuam, por exemplo, no campo científico, são constantemente impelidas a se perceber como não sendo parte deste mundo. Nas palavras da autora:

Quando Bourdieu e Wacquant afirmam que o *habitus*, ao encontrar um mundo social do qual é produto, é “como um peixe na água”, eles, como homens *brancos*, esquecem que a relação que as/os “Outras/os” – que são racializados – têm com esse conhecimento é condicionada. E, portanto, estão de fato, em discordância com o mundo social do qual se é um produto, pois este mundo é branco (Kolomba, 2019, p. 63-64).

Entre outras referências, Grada Kilomba utiliza a perspectiva de Franz Fanon, que em *Pele negra, máscara branca*¹¹, descreve, inclusive a partir de sua própria trajetória, esse estado de contradição a que são submetidas as pessoas racializadas¹². Trata-se de uma crítica importante que chama atenção para aspectos da dominação que não foram plenamente trabalhados na teoria bourdieusiana. Segundo Michael Burawoy (2010), mesmo quando estudou, por exemplo, a dominação masculina (historicamente estruturada na diferenciação do corpo e nas funções sociais a ele atribuídas), Bourdieu supôs a naturalização, o consenso ou o consentimento e o que ele considerava uma submissão até mesmo calculada, afirmando que as disposições se acomodam com a ordem que se impõe. Mas, se assim fosse, como feministas, a exemplo de Simone de Beauvoir (contemporânea, praticamente ignorada na obra de Bourdieu, que a refere como vítima inconsciente da dominação de Sartre), teriam se atentado para a dominação masculina, muito antes inclusive do sociólogo (Burawoy, 2010, p. 136)? Mesmo exercitando uma sociologia reflexiva, Bourdieu também pode ser criticado por não objetivar a sua condição, seu *habitus* e seu corpo no mundo social.

Na sua compreensão de *habitus*, de poderes e capitais simbólicos,

11 Cf. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

12 Pierre Bourdieu e Franz Fanon foram contemporâneos e estiveram na Argélia na mesma época. Cf. Burawoy, 2010, p. 109.

Bourdieu enfatizou mais aspectos de origem social do que outros. Ao nos referirmos aos corpos, temos em conta aquilo que afirmou Anibal Quijano:

Sugiro um caminho de indagação: porque implica algo muito material, o 'corpo' humano. A 'corporalidade' é o nível decisivo das relações de poder. Porque o 'corpo' implica a 'pessoa', se se libertar o conceito de 'corpo' das implicações mistificadoras do antigo 'dualismo' eurocêntrico, especialmente judaico-cristão (alma-corpo, psique-corpo, *etc.*). E isso é o que torna possível a 'naturalização' de tais relações sociais. Na exploração, é o 'corpo' que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o 'corpo' o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu 'corpo' quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de género, trata-se do 'corpo'. Na 'raça', a referência é ao 'corpo', a 'cor' presume o 'corpo' (Quijano, 2010, p. 113).

Concordando que os corpos são diferentemente situados no campo, devemos tomar em conta como isso impacta a sua condição de agentes autorizados, nas posições que corporificam. Nesses termos, uma das primeiras posições que um sujeito ocupa é o seu próprio corpo e a forma como esse é socialmente lido e localizado no espaço do campo. Assim, as pesquisas contemporâneas sobre as relações museológicas não devem se furtar de observar, além das posições, também esses corpos-posições. A ênfase nesses aspectos vai possibilitar que sejam examinados fluxos de poder e capitais simbólicos que diferem das aparências e que são incoerências dissimuladas no jogo do campo. Um exemplo sobre isso: ao longo do século XX na museologia brasileira havia uma maioria expressiva de mulheres, considerando as pessoas formadas nos cursos de graduação e pós-graduação e as que trabalhavam em museus (Sá *et al.*, 2007; Gouveia, 2018). No entanto, não é possível afirmar, parece-me, que fosse um campo feminino, pois vários espaços de poder (direção de museus, produção intelectual, cargos do poder executivo *etc.*) estavam ocupados por homens, mesmo que esses fossem numericamente minoria. Essa perspectiva histórica pode contribuir para observarmos as atuais correlações entre gênero, sexualidade e posições de poder no campo museológico.

Ainda a respeito da condição de autoridade, nos últimos anos percebemos um fluxo de negociações de capitais simbólicos na direção da posição que chamamos de social-política. Ainda que sigam sendo afirmadas as

competências técnicas e as sínteses teóricas, as existências passam também a contar como condição de autoridade. Além dos saberes certificados e incorporados, passam a ser valorizados os saberes corporificados. Refiro-me, por exemplo, às autoridades da museologia indígena, autoridades da museologia LGBTQIAPN¹³, aos sujeitos autorizados a falar em nome da museologia quilombola e demais expressões recentes da nomenclatura no campo, como expressão dos seus movimentos internos. Além do corpus da museologia, os valores simbólicos também se estabelecem nos corpos da museologia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia bourdieusiana pode soar, em alguma medida, como uma sistematização do óbvio. Não seria ao acaso, pois, como dito antes, o autor parte de constatações e se dedica a observar como aquilo que é supostamente evidente se realiza, com especial atenção às contradições, nem sempre tão aparentes. Ao longo de sua trajetória, Bourdieu aprofundou e repetiu suas noções de *habitus*, dominação, campo e capital simbólico, considerando diferentes campos. Como sua própria teoria é capaz de explicar, o alcance de sua produção foi impulsionado pela transmissão de suas noções aos seus alunos, orientandos e discípulos, que contribuíram para internacionalizar a sua produção, tal como sua tradução e publicação no Brasil exemplificam. A formação de sua condição de autoridade, especialmente enquanto intelectual francês, não pode ser desprezada para compreender a qualidade da sua produção.

A produção de Bourdieu auxilia a compreensão da crítica que se formula a respeito dos museus e sua função social a partir dos anos 1960. Também nos auxilia a complexificar a análise a respeito de como a noção de museus e seus objetivos de salvaguarda imiscuem valores simbólicos que são negociados pelos agentes nas suas relações no campo. São aspectos trabalhados pelo autor que, estimo, podem ser úteis para quem está elaborando pesquisas sobre campos culturais e têm dúvidas sobre possibilidades metodológicas. Também podem favorecer que as nossas ações de agentes

¹³ Sigla que abrange pessoas que são lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, asexuais/arromânticas/agênero, pan/pôli, não binárias e mais.

sejam conscientes a respeito dos capitais de que dispomos, com quem e como negociamos e como isso impacta aquilo que será musealizado e patrimonializado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana Mortara. Estudo de público: a avaliação de exposição como instrumento para compreender um processo de comunicação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo*, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109245/107716>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maria de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 71-80.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Zouk, 2007.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Icom, 2010, v.2.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Unicamp, 2010.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.
- CANCLINI, Néstor García. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: Aguilar Criado (Encadern.) *Patrimonio etnológico, nuevas perspectivas de estudio*. Andalucía: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999. p.16-33.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês (orgs.). *Museologia social. Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 27, n. 41, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.

COELHO, Priscilla Arigoni. *Metáforas em Rede no Processo de Institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)*. 2015. Tese (Doutorado em Memória Social) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: algumas aproximações. *Revista Antíteses*, Londrina, vol. 3, n. 5, p. 529-550, jan.-jun. de 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/3469> . Acesso em: 14 jul. 2024.

GOUVEIA, Inês. *Waldisa Rússio e a política no campo museológico*. 2018. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) — Museu de Astronomia e Ciências Afins, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GOUVEIA, Inês; FAULHABER, Priscila. Waldisa Rússio: uma museóloga social. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 56, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/237> . Acesso em: 15 jul. 2024.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. A emergência da museologia social. *Políticas Culturais em Revista*, Bahia, v.9, n. 2, p. 726-745, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16794> . Acesso em: 15 jul. 2024.

JENKINS, Tiffany. Dead bodies: The changing treatment of human remains in British museum collections and the challenge to the traditional model of the museum. *Mortality*, v. 13, n. 2, p. 105-118, 2008, Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13576270801954419>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (orgs.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo*. Brasília: IBRAM/MinC; Ibermuseus, 2012.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOYOLA, Maria Andréa. *Pensamento contemporâneo: Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro: UTV - Canal Universitário do Rio. 6 dez. 2000. Programa de TV.

PETERS, Gabriel. De volta à Argélia: a encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. *Tempo Social*, v. 29, n. 1, p. 275-303, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GjFQbPV985Z7mRFPnCtn3Jz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SÁ, Iván Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. *Curso de museus: MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro: Escola de Museologia - UNIRIO, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Por uma sociologia dos museus. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, Argos, ano 27, n.41, p. 47-69, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2597> . Acesso em: 15 jul. 2024.

SCHEINER, Tereza. C. M. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 42 n. 3, p.358-378, set./dez., 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368/1547>. Acesso em: 15 jul. 2024.

URFALINO, Philippe. *A invenção da política cultural*. São Paulo: SESC SP, 2015.

VARINE, Hugues de. Apresentação (1995). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v.2 p.38-43.

